

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

ALDEMIR DO NASCIMENTO

OS INTELECTUAIS E O ESTADO NOVO NO BRASIL



**Natal
2008**

ALDEMIR DO NASCIMENTO



OS INTELLECTUAIS E O ESTADO NOVO NO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena e Bacharelado em História.

Orientador:
Prof. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

**Natal
2008**

ALDEMIR DO NASCIMENTO

OS INTELECTUAIS E O ESTADO NOVO NO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena e Bacharelado em História.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Raimundo Nonato Araújo da Rocha
Orientador

Professor Maria da Conceição Guilherme Coelho

Professora Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva

Natal
2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro momento a DEUS por me deixar está nesse plano e viver esse momento que eu acredito ser único para mim. Agradeço a um ser humano que veio a esse mundo me mostrar que a minha inércia de vida estava ficando doentia para o meu crescimento Humano, minha filha Alana (póstuma) e como também a sua mãe Leide Teodoro que sempre acreditou em meu potencial.

Não posso deixar de lembrar daquelas pessoas que percorreram um longo período de aprendizado comigo, que foram meus professores desde cezário e luzia (primeiros professores, particulares da minha infância) a Raimundo Nonato meu Orientador, amigo, companheiro nesse trabalho. A minha família que pelo que pesquisei sou o único a conseguir essa Epopéia onde mesmo sendo pobre podemos nos tornar "Doutor".

Agradeço demais a minha mãe que não entende muito bem como funciona a mecânica disso tudo e me pergunta sempre "meu filho você vai ganhar mais", as minhas irmãs Poliana e Ana Paula, para quem sempre digo estudem. Dedico também aos meus afilhados Alex e Lucas que mesmo sem eles saberem faço o que posso para ser um exemplo e que isso se reflita nas suas vidas.

Dedico aos meus amigos e familiares que são, parte de minha vida anteriormente a UFRN Girlane Mendes (um ser humano especial que eu tenho um carinho imenso e uma admiração incontestável), Girleide, Gildson, Gleisiane, seu Gilberto e Dona Salete que sempre me disse "eu acredito em você meu filho" e me tratando como tal. A minha família do Bairro de mãe Luiza minha madrinha Cicera que me deu lições de vida e um aprendizado que nem um outro ser humano o fez, como respeito ao próximo, honestidade, perseverança e garra. Aos meus primos todos que ^{se} eu for citar nomes vou falhar e isso me deixaria constrangido.

Neste parágrafo vou dedicar esse espaço àqueles que me acompanharam por esse período na Universidade, agradeço a Marcela (uma pessoa especial) a Aryana, a Anderson meu sempre presente AMIGO, a Armando, Fabiano e Décio, como também as pessoas que vieram com esses, sendo eles amigos ou familiares Dona socorro, Alana. Aos familiares da Marcela, Dona Lena, Raquel, Fernanda,

Farias, Nelson e família, e principalmente ao núcleo familiar de Marcela senhor Aelson, Leonardo, Gustavo e aquela que digo sem medo, que foi o melhor tesouro que encontrei nessa minha vida acadêmica Dona Teresa.

Agradeço também as pessoas importantes no meu cotidiano acadêmico, seu Nicodemos da cantina que sempre esteve conosco nos oferecendo o apoio logístico para tomarmos vinho e cervejas, nas quintas e sextas feiras respectivamente, a seu Luiz (o zelador) e a professora Aurinete que nunca me abandonou quando precisei, sempre resolvendo tudo.

E agradeço a Kátia, Mara, Cris, kiki e Max, Dona Josélia e seu filho João Paulo, Margareth e João Andrade, como também Isabel que fez as correções ortográficas com muita propriedade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I: OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA	19
CAPÍTULO II: CAPANEMA: O INTELECTUAL	23
CAPÍTULO III: AÇÕES CONCRETAS DOS INTELECTUAIS NO ESTADO NOVO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	36

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar o posicionamento dos intelectuais diante da instauração do regime ditatorial auto denominado por Getúlio de Estado Novo, vigente no Brasil entre 1937 e 1945. Em outros termos, buscaremos discutir a postura dos intelectuais e de Getúlio Vargas, com o intuito de formar uma idéia de identidade nacional brasileira.

O posicionamento desses intelectuais, diante das questões contemporâneas, é extremamente importante para a opinião pública. O intelectual ao transmitir seu posicionamento está construindo valores na sociedade. Dessa forma, não importa qual regime esteja regendo um país ou uma nação, os intelectuais sempre têm força quando se pronunciam, ou seja, sendo regime ditatorial ou democrático eles são sempre cobrados e ouvidos. Até mesmo o seu silêncio tem força de discurso. O não dito, muitas vezes, tem um poder arrebatador.

Um outro fator que corrobora para inquietação contemporânea é a atual situação da política brasileira. A ascensão à presidência da República de um ex-metalúrgico, considerado por muitos um não intelectual devido a sua pouca formação acadêmica, em detrimento ao seu antecessor considerado intelectual pela formação de sociólogo. Tendo em vista o quadro político brasileiro lançamos mão dessa problemática e recorrendo a um período em que os intelectuais tiveram grande responsabilidade na formação de uma identidade nacional, algo que já ocorria em vários países da Europa.

Enfatizaremos a ação desses intelectuais em um momento específico; enfocando particularmente Gustavo Capanema. Assim pretendemos responder ^o dois questionamentos: O que esses intelectuais propunham para sociedade? Qual a importância de Capanema para o Estado Novo?

O Estado Novo, no Brasil, foi um período de forte repressão a várias camadas da sociedade. Todavia, os intelectuais – de diferentes tendências – participaram ativamente do Governo Vargas. Eles propunham alternativas para a organização da sociedade, buscando criar a idéia do nacional como propunha Getúlio Vargas em seu projeto estadonovista. Seguindo esse pensamento, discutiremos a postura dos intelectuais no decorrer desse período na política brasileira, procurando enfocar sempre a busca de Getúlio por eles, tendo em vista a formação de uma idéia do nacional na sociedade.

Inicialmente a idéia seria comparar a posição política de dois intelectuais potiguares que tiveram posicionamentos opostos diante do Estado Novo, seguindo a idéia que um era simpatizante e outro se opunha ao regime. Pretendíamos estudar um pensador aliado a Vargas e outro pensador que fosse vinculado as correntes contrárias ao Regime.

Nas investigações prévias, detectamos a dificuldade de encontrar nas fontes, vozes discordantes de Vargas, devido ao cerceamento da liberdade de expressão vigente no período por nós pesquisado. Dessa forma tornou-se inviável seguir essa linha de raciocínio para a conclusão do trabalho. Diante das dificuldades, passamos a focar no papel dos intelectuais de uma forma mais abrangente. Chegamos a essa escolha pela facilidade de acesso as fontes e textos que seriam nossos pontos de partida.

Fica evidente que nosso recorte espacial deveria se tratar do Brasil e o recorte temporal entre os anos de 1937 a 1945 por se tratar da vigência do Estado Novo. Iremos estudar o posicionamento dos intelectuais diante do Estado Novo, por serem uma força representativa em nosso país durante toda sua história. Usaremos como referência o trabalho da professora Mônica Pimenta Velloso "Os intelectuais e o Estado Novo" sendo esse o embrião de nossa pesquisa. Como também a obra "Constelação Capanema: intelectuais e política", coletânea de diversos escritores e estudiosos do período proposto para nossa pesquisa.

Devido à ausência de monografias acerca do assunto considerando esse prisma, nosso trabalho parece ser original na UFRN. Contudo nos esforçaremos para que sirva de subsídios a trabalhos posteriores e mesmo tema de discussões para futuras análises.

O tema foi por nós escolhido devido a três questões: das mais diversas. A primeira diz respeito ao fato de encantamento com a observação dos comportamentos de diferentes grupos diante dos acontecimentos históricos; A segunda questão está relacionada ao fato de que os intelectuais tiveram força na formulação da educação no Brasil como também na formação de opiniões. A educação sempre se apresentou deficitária em nosso país e quem obtivesse acesso a ela era considerado um "iluminado", diferenciando-se dos demais. Sendo eles ouvidos com mais atenção quando se pronunciavam, seja pelos artigos escritos, jornais ou em livros publicados. Nos dias atuais os intelectuais têm uma forte voz

monografia

apresentar

11/10/10

quando fazem uso dela para tomar posições, mesmo com uma “educação” mais abrangente e difundida.

Diante das mudanças significativas que estamos passando no processo político brasileiro pretendemos descrever o posicionamento de um intelectual como Capanema que conquistou prestígio nacional. Temos como ponto de partida uma reflexão pertinente para nossa indagação, como os intelectuais sendo uma classe “pensante” da nossa sociedade estão se portando diante dessa alteração significativa no nosso processo histórico?

Finalmente, a terceira questão se relaciona com as questões historiográficas, percebendo a ausência de escritos sobre o período, nos dispomos a buscar um esclarecimento da participação dos intelectuais nesse período tão conturbado para o Brasil. O trabalho é justificável devido à deficiência de trabalhos mais aprofundados sobre o período do Estado Novo com esse enfoque, estudar esse tema é importante para se tentar compreender como uma classe pode exercer poder sobre um todo somente com o uso de seus posicionamentos.

A importância desse trabalho é preencher um vazio existente em pesquisas monográficas na UFRN seja na biblioteca Zila Mamede, como também, no Núcleo de Estudos Históricos. Visando ainda ser ponto de reflexão posterior para que se perceba essa classe sempre presente nas decisões do país, já que os mesmos são considerados como detentores de um saber diferenciado.

A professora Mônica Velloso em seu artigo, “Os intelectuais e a política cultural o Estado Novo”, mostra com evidência a importância dos intelectuais em nosso país e na sua formação como nação.

Fica clara, portanto, a responsabilidade que esses intelectuais adquiriram durante o processo Histórico de nosso país, sabe-se que esse grupo sempre buscou distinguir-se do conjunto da sociedade. Seja através dos ideais da ciência ou da racionalidade (geração 1870) da arte a instituição (geração de 1920), imbuídos da vocação messiânica, senso de missão ou dever social, os intelectuais se auto-elegeram sucessivamente consciência iluminada do social ¹.

¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge ; DELGADO, Lucília Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do Nacional-Estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.148.

Contudo, precisamos fazer ressalvas pertinentes sobre os papéis assumidos pelos intelectuais diante de variados períodos da nossa história. Conforme o transcorrer da história os mesmos possuem destaque como sendo detentores do saber erudito, discurso fortalecido pela idéia de que sempre fomos um país de iletrados. Houve períodos em que esses intelectuais sentiram-se na responsabilidade de serem porta-vozes daqueles que não detinham tal conhecimento erudito. E não só no direito, como também, no dever dessa representação. Mônica Pimenta Velloso afirma isso, quando diz:

nos momentos de crise e mudanças históricas profundas – instauração do império, proclamação da república, revolução de 1930 e estado novo –, as elites intelectuais marcaram presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional.²

Temos o intuito de analisar a postura de uma classe diante de um regime autoritário como também na colaboração de sua efetivação. Pretendemos usar uma bibliografia dedicada à história política, como também a história social, sempre buscando auxílio em outras disciplinas para melhor transcorrer a pesquisa.

O trabalho estará estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo traremos para o centro de nossa discussão as relações estabelecidas no Brasil entre dois segmentos da nossa sociedade, os intelectuais e o Estado, que sempre tiveram uma relação intrínseca. Relação essa muitas vezes conturbada, devido às divergências de opiniões de quem sempre esteve em lados opostos, mesmo que algumas vezes comungando da mesma idéia, comunhão velada e silenciosa. Ficando evidenciado nesse capítulo o período que antecedeu o Estado Novo, sendo mais específico à década de 1920, abrangendo o período de 1937 a 1945.

No segundo capítulo trataremos da participação efetiva de um intelectual, o então ministro da educação e da saúde no período do Estado Novo, Gustavo Capanema. O capítulo terá por objetivo discutir sua trajetória de vida, política e intelectual, buscando identificar como se deu seu envolvimento com o Estado Novo, as ações desenvolvidas e as articulações com outros intelectuais.

² Ibidem, p.147.

No terceiro capítulo vamos estudar os variados campos de atuação dos intelectuais, procurando dar luz a áreas em particular, como a saúde e educação. Abordaremos as divergências existentes no epicentro do Estado Novo, pois perceberemos que não era unânime a opinião destas "castas". Havia divergências entre aqueles que acompanharam, o então ministro da educação e cultura, Gustavo Capanema, e os intelectuais que formaram o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em que Lourival Fontes era o diretor. O capítulo procurará em seu andamento discutir e responder as questões pertinentes para o momento do qual estamos estudando: Qual a atuação dos intelectuais nas frentes de atuação e quais medidas foram adotadas nos campos da educação e da saúde?



CAPITULO I

OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA

A partir da década de 1920, o mundo como um todo passava por um momento de mudanças profundas nas instituições e nas formas de governo, com o declínio das democracias por toda Europa e a ascensão dos regimes totalitários. O que se refletiu em todos os países que sofriam influências européias, como os da América do Sul e dentre os quais o Brasil, como cita Maria Helena Capelato:

A década de 1930, como já foi dito, foi um período de grandes mudanças no país. Depois da “revolução”, abriu-se um leque de possibilidades de caminhos e vários setores sociais propunham medidas diferentes para solucionar a crise que se abatera sobre o país. O setor agrário, após o crack da bolsa de Nova York, debilitou-se muito. Amplo debate se estabeleceu em torno da questão do desenvolvimento do país e sobre o melhor percurso a ser trilhado para a superação, não só da crise, mas também do “atraso” em relação aos países capitalistas avançados. Polêmicas foram travadas acerca da questão social e novas formas foram propostas para solucionar os conflitos sociais. As discussões em torno da natureza do Estado, tema amplamente debatido na Europa e em outros países da América, polarizou posições: havia setores favoráveis à manutenção de um estado liberal descentralizado e com limitado poder de intervenção no plano econômico, social, político, e cultural e outros, seguindo as novas tendências Internacionais, favoráveis a um modelo de Estado forte e intervencionista. No plano político, os conflitos foram violentos em torno da questão da centralização política versus autonomia dos estados.³

Essas mudanças foram no fim da primeira Grande Guerra, a derrocada econômica dos países envolvidos principalmente os que foram derrotados, como Itália e Alemanha. Isso acarretou no aumento do desemprego e o acúmulo de dívidas pelos considerados perdedores, levando a população a desacreditar nos regimes liberais e democráticos vigentes em seus países com isso houve uma busca por outras formas de governo. Fomentando, assim, regimes de tendências e características autoritárias. Esses regimes fizeram com que países como o Brasil, que recebia fortes influências européias, sentisse as conseqüências, atraindo com isso simpatizantes para esses novos ideais.

³ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: Ibidem, p.114.

Com o caminhar da história brasileira, a partir desse período em decorrência das conseqüências do pós-guerra e da derrocada dos ideais cientificistas é modificado o foco principal da nossa intelectualidade que passou a preocupar-se com a busca constante pelas nossas raízes, ou seja, do ideal de brasilidade que tinha sido posto em voga com o Movimento Modernista de 1922.

No Brasil, devido a um fluxo intenso de estudantes, políticos, artistas e intelectuais que residiam ou visitavam a Europa, trazendo sempre consigo ideais políticos. Com a ascensão ao poder, em 1930, Getúlio Vargas demonstrava em suas ações uma simpatia pela maneira como se governava àqueles países europeus, sejam na Itália com Mussolini – sendo esse o mais próximo do regime getulista – ou na Alemanha Nazista com Adolf Hitler. Vargas fez uso de elementos presentes naqueles regimes fortes e autoritários dos países europeus, tais como: o culto ao nacionalismo; a forma de perseguição e repressão aos opositores do governo; o centralismo de poder entre outros. Esses elementos que permearam os regimes fortes pela Europa foram respostas ao declínio da fé nos regimes democráticos que antecederam a primeira Guerra Mundial e, como conseqüência a elevação dos regimes autoritários. Fator também sentido nas alterações políticas do período em que Getúlio esteve à frente da presidência no Brasil, sendo seu ápice a instauração do Estado Novo.

A forma como Getúlio Vargas concebeu os intelectuais foi inovadora, passam a serem convocados a participar efetivamente das soluções dos problemas, como agentes ativos dessa sociedade. Esses personagens sempre foram peças presentes e fundamentais na movimentação da nossa história.

Na história do Brasil os mesmos se sentiam numa condição diferenciada da sociedade, seja como discernidor do que seria bom ou ruim para o país, bem como detentores de um conhecimento elaborado e de difícil compreensão para os demais. O assessoramento e a participação desse grupo para o desenvolvimento da política getulista foi de relevante importância.

Escrever sobre esses intelectuais e sua representatividade durante o denominado Estado Novo exige que compreendamos a natureza desse poder – vigente no país entre os anos de 1937 e 1945 – e o momento histórico que antecede a sua deflagração. No Brasil a forma de atuação dos intelectuais diante do Estado não era uma homogênea.

No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, esses intelectuais estavam preocupados com a relação entre a literatura e a política, principalmente no que se referia ao papel da construção de uma nacionalidade brasileira.

No início da República a intelectualidade estaria em sua *torre de marfim*⁴, assim denominada por Machado de Assis. Dessa *torre* ela pensaria sobre os problemas na nossa sociedade sem efetivamente se envolver. Podemos perceber nesse período um distanciamento entre a política e a literatura, o que somente será alterado no governo de Getúlio Vargas em que o intelectual teria uma nova função, descendo de sua “*torre de marfim*” e sendo ele um elemento transformado dessa sociedade. Assim, houve uma junção entre o político e o intelectual, evidenciada com a entrada de Getúlio Vargas para a Academia Brasileira de Letras, sendo esse um momento em que fica evidenciada essa integração. A relação entre a política e a intelectualidade pode ser percebida no estudo de Mônica Pimenta:

Antes de aprofundar a análise sobre a concepção de intelectual construída pelo regime, consideramos importante reter algumas idéias anteriores. Retomando o discurso de Machado de Assis e o de Getúlio Vargas, vemos que ambos tratam de uma questão comum: o lugar de destaque conferido ao intelectual. Seja isolado na sua torre de marfim, criando as “ilusões” necessárias ao bom andamento da ordem social (tempo de Machado de Assis), seja envolvido nas lutas nacionais (período do Estado Novo), o intelectual é caracterizado pelo estigma da diferença. Fabricante de ilusões ou consciência da nacionalidade, ele foge ao padrão do homem comum.⁵

É importante discutirmos nesse momento o termo intelectual diferenciando-o do erudito. A definição do termo intelectual como um substantivo se dá a partir do final do século XIX e início do século XX, pois anteriormente só se utilizava o termo erudito. Segundo Durval Muniz, a forma de pensar a sociedade do intelectual e do erudito era diferente. O intelectual deixou de ser o letrado de qualquer área de conhecimento seja físico, matemático, histórico, entre outros, para atuar em uma única área do conhecimento científico.

Segundo Albuquerque Júnior, essa transição não se deu de maneira uniforme no Ocidente. E o mesmo afirma: “a figura do intelectual como sujeito do

⁴ Torre de Marfim foi retirada do texto, Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.

⁵ VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural! do Estado Novo. In: Ibidem.

conhecimento no ocidente parece, no entanto, ter se dado de forma lenta e muito diferenciada, dependendo da área de conhecimento e da sociedade em que este fenômeno ocorre”⁶. O erudito seria um conhecedor superficial do seu objeto de estudo, descompromissado com a sociedade na qual ele atuava, diferente do intelectual que

[...] fala em nome do homem, da humanidade ou da ciência. Esta nova figura do intelectual pressupõe a existência de um sujeito do conhecimento que é capaz de se colocar à margem da ordem estabelecida, que é capaz de falar desde suas margens ou distanciado dela [...].⁷

O intelectual distanciava-se daqueles que controlavam o aparelho do Estado, apesar de que no período que estudamos percebemos uma aproximação com o governo Estadonovista, pois alguns intelectuais tinham cargos públicos no governo, podemos destacar principalmente Mário de Andrade, Heitor Villa Lobos entre outros que tinham uma maior proximidade com o Gustavo Capanema, o então ministro da educação e da saúde.

Segundo Mônica Pimenta Velloso:

as elites intelectuais sempre estiveram presentes nas decisões profundas da nossa história: na instauração do Império, na proclamação da República, na Revolução de 30, no Estado Novo, dentre outras. As elites intelectuais sempre marcaram presença no cenário político, defendendo o direito de interferirem no processo de organização social.⁸

Ao longo da República o papel dos intelectuais foi se alterado, conforme a necessidade e o passar do tempo. Inicialmente os intelectuais eram percebidos como verdadeiros “mosqueteiros”⁹, ou seja, pessoas detentoras de instrumentos científicas que buscavam remodelar o Estado. Eram mosqueteiros na luta contra toda a incapacidade técnica e administrativa dos políticos brasileiros.

⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Revista Trajetos**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p 43, 2005.

⁷ Ibidem, p. 9.

⁸ VELLOSO, Mônica Pimenta. Op. cit.

⁹ “Mosqueteiros intelectuais” é uma expressão usada por conforme denomina Mônica Pimenta Velloso.

O Movimento Modernista, especificamente, apesar de apresentar uma proposta voltada para a busca das raízes culturais do povo brasileiro, sofreu fortes influências européias, pois grandes nomes da nossa intelectualidade viajavam constantemente e mantinha contatos diretos com artistas, políticos e intelectuais daquele continente. Tarsila do Amaral é um desses exemplos, pois apesar de buscar uma brasilidade percebe-se traços do cubismo de Picasso em algumas de suas obras, fator que não foi determinante para qualquer alteração nessa brasilidade. Assim como as obras de Tarsila, o Movimento Modernista não seguia uma única linha de pensamento, mas esse é um assunto para ser trabalhado em uma outra oportunidade.

Após 1930 os intelectuais deixam sua “torre de marfim” e passam a serem mais atuantes em nossa sociedade. Atuação essa que se dá diante do Estado, recebendo a incumbência de dar coesão a essa sociedade, por serem eles os representantes superiores da idéia de nação. O Estado passa então, a ser identificado e classificado por várias correntes de intelectuais como sendo o cerne da nacionalidade brasileira.

O regime autoritário do Estado Novo ganha força com a classe “pensante”, pois historicamente os intelectuais vinham se constituindo como sendo eles os que iriam construir o nacionalismo e o período do Estado Novo. Não podemos esquecer que Getúlio Vargas e o Brasil encontravam-se dentro de um contexto mundial e como pesquisado por nós, o ditador do Brasil era um simpatizante declarado dos regimes totalitários que vigoravam pela Europa seja o Nazismo alemão ou o Fascismo Italiano.

Mônica pimenta Velloso descreve “que destacar os vínculos dos intelectuais com esse projeto significa evidenciar a relação entre a propaganda política e educação no Estado Novo”.¹⁰ Dentro de seus afazeres de grupo esclarecido, teriam que “educar” a população de acordo com os ideais do regime. O projeto educativo do Estado Novo contou com duas frentes: uma tocada por Gustavo Capanema, então ministro da saúde e da educação, e outra organizada por Lourival Fontes então dirigente do departamento de imprensa e propaganda (DIP).

Capanema estava à frente do Ministério da Educação e Saúde desde 1934. Ele tinha não só a confiança de Getúlio, como também a liberdade para usar sua influência diante dos intelectuais. Sua credibilidade se refletiu em diversas correntes de pensamento, indo de Carlos Drummond de Andrade (poeta do Movimento

¹⁰ Ibidem.

Modernista, escritor e intelectual influente no meio) a Cassiano Ricardo (poeta, jornalista de tendências nacionalistas). Seus trabalhos intelectuais se efetivaram e deram resultados significativos. Entre esses trabalhos pode-se citar: a Universidade do Brasil; o serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional; o Instituto Nacional do livro; a modernização da educação; o incentivo à pesquisa e preservação das raízes culturais Brasileiras.

No Estado Novo o intelectual responde a uma solicitação do regime político vigente para realizar a missão de serem os representantes da consciência nacional, uma função já incumbida em outros momentos da história como foi vista no início de nossa república. Entretanto, no momento em que Getúlio solicita no pós 30 a forma seria outra, mas com o mesmo conteúdo, ou seja, ser a vanguarda do pensamento, ser aqueles que traduziriam as mudanças no plano político.

Podemos perceber o papel desse intelectual diante da citação de Almir de Andrade:

[...] O intelectual é eleito o intérprete da vida social porque é capaz de transmitir as múltiplas manifestações sociais, trazendo para o seio do Estado, que irá discipliná-las e coordená-las [...].¹¹

Encontramos diversos intelectuais no projeto estadonovista, dentre os que cercavam o ministro Capanema estavam, Carlos Drummond de Andrade, Villa Lobos, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Cândido Portinari, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer entre tantos outros, que contribuíram dentro de suas especialidades para a projeção do Estado como organizador da cultura deixando um legado importante no fim dos governos de Getúlio Vargas. Mas, pode-se perceber que essa convivência não foi simplesmente amável, pois houve aqueles que foram perseguidos, presos e exilados por não estarem de acordo com o regime.

Vários setores da intelectualidade contribuíram com Getúlio, seja de forma concreta como na construção do prédio do ministério da educação, que teve o projeto feito por Oscar Niemeyer com a intenção de demonstrar toda a força e a pujança do regime, ou com Villa Lobos e seu projeto orfeônico, que tinha nas apresentações de canto ocorridas durante as grandes concentrações populares no

¹¹ ANDRADE, Almir de. Intelectuais e políticos. **A Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 23 nov. 1944.

estádio do Vasco da Gama deixando evidenciada a idéia de civilidade e nacionalismo.

O povo era considerado como uma espécie bruta a ser elaborada pelo saber das elites. Baseado nesse pensamento o governo justificava seu controle e fiscalização sobre as mais diversas expressões culturais, chegando até mesmo à linguagem popular que também era alvo desse controle. Nestes dois casos – a arquitetura e a música – ilustram o paradoxo do Estado forte e sempre empenhado na construção da cultura moderna Brasileira. Percebemos que o desenvolvimento dessas políticas culturais tinha como pano de fundo a construção da idéia do nacional, sendo esse um ideal não tão novo. Ideal já defendido pela intelectualidade brasileira desde a passagem do século XIX para XX, quando se passou a priorizar o direito de interferir no processo que seria de organização nacional e como consequência direcionar a modernização da sociedade brasileira o que estava em voga naquele momento de nossa história.

Contudo, somente a partir da década de 1930 que os intelectuais terão uma maior proximidade com o âmbito estatal, podendo dar início a esse projeto de tratar o Estado como sendo a representação da idéia de nação. Processo esse que tem seu êxito com o Estado Novo, pois Getúlio dará um jeito de inserir esses grupos no projeto político ideológico do regime. Os intelectuais de diversas correntes de pensamento sendo antagônicos ou não, buscaram de certa forma moldar a sociedade brasileira aos ideais doutrinários do novo sistema de governo, que tinha como alvo primordial garantir a sustentação perante a população naquele período.

A outra frente de atuação do regime por nós estudado foi o Departamento de Imprensa e Propaganda, chefiada por Lourival Fontes. O homem que estava à frente do DIP não era intelectual de formação, mas sim uma pessoa de extrema confiança de Getúlio – e tinha em seu favor a composição de intelectuais remanescentes do modernismo conservador, os verde-amarelos¹². Com isso, percebemos que eles estavam presentes em todos os segmentos de nossa sociedade seja na alta ou na baixa, podendo destacar intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Cândido Portinari e Mário de Andrade que faziam parte do Ministério da Saúde e Educação junto ao ministro Capanema, contribuindo com o sistema vigente no país. Havia ainda os que trabalhavam com Lourival Fontes no DIP, que era

¹² Para aprofundamento do termo ver: Manifesto Nhegançu Verde Amarelo.

formado por outros tipos de intelectuais, seguindo uma linha de pensamento galgada nos ideais centralista e autoritários, tivemos dentre eles Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Ricardo. Esses intelectuais iriam dar a linha mestra à política cultural direcionada às camadas populares, sempre alicerçadas em um rígido controle dos meios de comunicação, leiam-se em especial o rádio tanto difundido no período por nós estudado.

Lourival Fontes, que comandava o Departamento de Imprensa e Propaganda, estava cercado por intelectuais remanescentes do modernismo conservador, representado pela corrente dos verdes amarelos, como já citamos. Foi esse grupo que não só pensou, como traçou efetivamente as linhas mestras da política cultural do governo voltada para as camadas populares, diferente daqueles que estavam com o ministro Capanema.

Uma das metas fundamentais do projeto autoritário era obter o controle dos meios de comunicação, garantindo assim, tanto quanto possível, a homogeneidade cultural. A ideologia do regime era transmitida através das cartilhas infanto-juvenis e dos jornais nacionais, transitando por outros segmentos de nossa cultura, como teatro, música, cinema e marcando presença nos carnavais, festas cívicas e populares.

O rádio foi um outro meio de comunicação bastante usado pelo regime em 1940. A Rádio Nacional foi encapada pelo governo getulista, e com isso passou a receber uma expressiva verba oficial para manter o melhor elenco daquela época, incluindo músicos, cantores, radioatores, humoristas e técnicos. Nos seus programas a Rádio Nacional buscou transmitir os padrões de comportamento e valores desejados pelo regime. Seguramente, o rádio foi um dos veículos de maior eficiência na difusão do projeto político pedagógico estadonovista.

Vale ressaltar que com o auxílio do Ministério da Educação e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o regime autoritário do Estado Novo articulou uma dupla estratégia de atuação na área cultural, voltada tanto para as elites intelectuais como para as camadas populares da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que incentivava a pesquisa e a reflexão conduzidas pelos intelectuais reunidos no ministério chefiado pelo ministro Capanema, o governo estabelecia, via DIP, uma rígida política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular. A propaganda do regime foi facilitada pelo controle dos mais variados meios de comunicação, seus instrumentos principais foram o rádio e a imprensa.

CAPITULO II

CAPANEMA: O INTELLECTUAL

Gustavo Capanema Filho, nasceu na cidade de Pitangui no estado do Rio de Janeiro no ano de 1900. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, transferindo-se posteriormente para a cidade de Belo Horizonte, onde estudou nos colégios Azeredo, Arnaldo - colégios esses de direção religiosa – como também o Ginásio Mineiro. Ingressando no ano de 1920 na Faculdade de Direito de Minas Gerais - nesse período conheceu pessoas que o influenciaram na sua formação acadêmica e ideológica, dentre os quais estavam Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos e outros intelectuais. Personalidades essas que receberam a denominação de “os intelectuais da rua Bahia”. Capanema continuou seus estudos bacharelando-se em Direito no ano de 1924, retornando logo no ano seguinte para sua cidade de origem e exercendo a profissão de professor e advogado até o ano de 1929.

Sua vida pública se inicia como vereador na Câmara Municipal de Pitangui em 1927. No ano de 1929, com o fim do pacto entre as oligarquias dominantes no país, ou seja, São Paulo e Minas Gerais em torno da discussão da sucessão presidencial no ano seguinte, levando Gustavo Capanema a vincular-se a Aliança Liberal. Essa aliança era uma coalizão formada pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Seu primo Olegário Maciel foi indicado para suceder Antonio Carlos no governo mineiro e o nome de Capanema passou a figurar entre os possíveis integrantes de uma futura gestão nesse governo.

No final da fase dos preparativos para a revolução, Olegário Maciel assume o governo de Minas e empossa Capanema como oficial-de-gabinete de seu governo. No dia 3 de outubro os estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais levantaram-se em armas e dominaram rápido os estados vizinhos. O então governante de Minas, Olegário Maciel foi o único a resistir em seu cargo após a ascensão ao poder de Getúlio Vargas. Capanema no ano de 1930 travou os primeiros entendimentos com Francisco Campos a fim de destruir a base de sustentação de Arthur Bernardes em Minas Gerais, organizadas no interior do Partido Republicano Mineiro (PRM).

Campos exerceu uma influência no rumo da política Mineira após a revolução de trinta e sendo também indicado como mentor intelectual de Gustavo Capanema, juntamente com Amaro Lanari lançaram o manifesto de fundação da Legião de Outubro, organização que vinha sendo criada em vários estados com a ajuda do governo provisório.

Constituída como sendo um corpo paramilitar a Legião Liberal Mineira, adotava não apenas o caráter fascista em seu programa, como também o uso de uniforme de camisas pardas que lembravam os nazistas no período de ascensão na Alemanha. Na condição de secretário do interior, Capanema fez uso de seu poder para fazer pressão na política tradicional e implantar a Legião de Outubro em Minas Gerais, com a intenção de desarticular a máquina política de Arthur Bernardes, alvo principal da Legião. Capanema chegou a ponto de aliar-se a elementos dissidentes do PRM que haviam apoiado em 1930 a concentração conservadora e a candidatura oficial de Júlio Prestes para a presidência da República.

Gustavo Capanema foi escolhido como ministro da educação e saúde pelo então presidente Getúlio Vargas, no ano de 1934, isso dez dias depois do presidente ter assumido. É importante ressaltar que esse Ministério foi criado em 1930 após a vitória da Revolução de 1930 e, esse Ministério representou ao lado de outros ministérios como os do Trabalho, Indústria e Comércio. Com sua entrada ele executou uma reorganização no Ministério que teve seu início, com seu antecessor Washington Pires.

Capanema deu continuidade as suas reformas em outros campos de atuação como na educação, formando uma comissão com a intenção de ampliar a universidade do Rio de Janeiro e que passaria a denominar-se em 1937, Universidade do Brasil. A comissão responsável para fazer essa ampliação era formada pelos intelectuais de diferentes frentes de atuação como Inácio Azevedo Amaral, um dos principais defensores de um Estado forte e autoritário. Teve ainda a participação de intelectuais importantes da escolanovista como Edgar Roquete Pinto e Lourenço Filho.

Nas artes plásticas e nas letras, ele procurou isentar-se de todo o movimento de disputas políticas-ideológicas que assolavam o Brasil nos meados dos anos de 1930, e buscou auxílio em uma diversidade de intelectuais que produziam conhecimento em vários campos, tendo como seu chefe de equipe Carlos Drummond de Andrade. Equipe que trazia consigo nomes como Mário de Andrade,

Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa Lobos que foi o idealizador de concertos de música clássica para popularização da arte, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arino de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Percebe-se que os intelectuais que o rodeavam eram de excelente gabarito, cada qual em sua área.

Capanema teve na construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde a afirmação de sua aproximação com as influências da Arte Moderna. Tendo com isso uma edificação transformada na “catedral da moderna arquitetura mundial”, essas foram às palavras do poeta Joaquim Cardoso. Afirmação feita diante de toda a intencionalidade que se tem na construção do edifício, em que a opulência estava diretamente ligada na vontade de inverter a tradicional posição de admiração. A partir do final daquela obra os estrangeiros é que viriam a nos admirar e não mais o contrário, como era anteriormente.

O então ministro Capanema tinha uma influência tão grande sobre os intelectuais brasileiros que anulou o resultado de um concurso no qual foi eleito o projeto do arquiteto Arquimedes Memória, passando assim a responsabilidade da construção a uma equipe chefiada por Lúcio Costa e formada por nomes como Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Afonso Eduardo Reyde, Jorge Moreira e os afrescos de Cândido Portinari, tudo isso sobre a orientação e supervisão de Lê Corbusier¹³. Na citação a seguir do livro *Constelação Capanema: Intelectuais e Política* evidencia-se como se desencadeou o processo de escolha do projeto de Lúcio Costa:



o depoimento de Henrique Mindlin, arquiteto da geração seguinte, nos mostra que o resultado do episódio superou a condenação do procedimento: em uma atmosfera de indecisão artística generalizada, os prêmios foram dados a projetos puramente acadêmicos, enquanto trabalhos de real valor, dentro de uns espíritos modernos, apresentados por um grupo de jovens artistas, foram desclassificados. Foi então que se produziu um desses fatos inesperados que muitas vezes mudam o curso da história. O ministro da Educação, Gustavo Capanema, inspirado por uma mistura de visão audácia e bom senso que o caracterizava, tomou a decisão pessoal que mais contribuiu para o desenvolvimento da arquitetura moderna no Brasil. Apoiado na opinião de vários críticos respeitados, em particular, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Manuel Bandeira, e também na de M. Piacentini, arquiteto italiano que vinha colaborar no projeto da Cidade Universitária. Capanema depois de premiar os ganhadores, pediu a Lúcio Costa, um dos

¹³ Arquiteto urbanista e pintor francês de origem suíça (1887 - 1965).

desclassificados que apresentasse um novo projeto. A pedido deste, o convite foi estendido aos outros arquitetos desclassificados. Formou-se então um novo grupo composto por Carlos Leão, Jorge Moreira e Affonso Reidy, ao qual logo se juntaram Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcelos.¹⁴

A decisão de Capanema em relação ao projeto dos intelectuais de influências modernista para a construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde destacava a opulência e grandiosidade de sua visão. Em uma carta escrita a Capanema, Lúcio Costa se pronuncia diante da posição deste, evidenciando o poder e a representatividade do mesmo:

[...] Fosse outro o ministro e o edifício não seria este. Foram as suas qualidades e, possivelmente alguns de seus defeitos que tornaram esta obra exeqüível. Nenhum outro homem público, nem aqui nem em qualquer outra parte, teria tido coragem de aceitar e levar a cabo, em circunstâncias tão desfavoráveis, obra tão radicalmente renovadora. [...]¹⁵

Contudo Gustavo Capanema não teve o prazer de estar à frente do Ministério na inauguração de seu prédio. Devido ao fim do Estado Novo no ano de 1945 e conseqüentemente a sua saída do governo getulista. Todavia, é possível observar a opulência e a grandiosidade do prédio do Ministério da Educação e Saúde nas fotos a seguir:

¹⁴ BONEMY, Helena (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹⁵ Carta a Capanema, 3-10-1945. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC-FGV.



Fig. 1: Vista panorâmica do Ministério da Educação e Saúde.
<<http://classicalbuses.fotopages.com/?entry=1381476>> (Acesso em 15 jun. 2008)

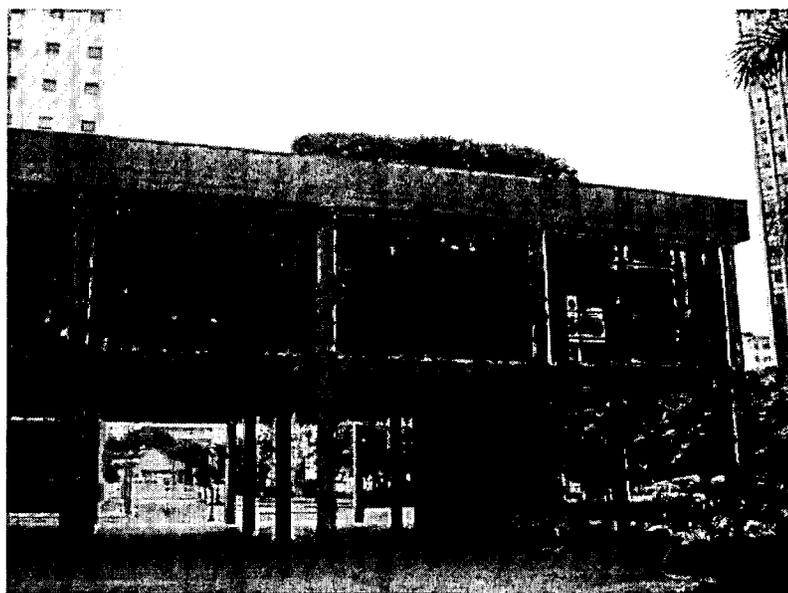


Fig. 2: Prédio Ministério da Educação e Saúde
<<http://classicalbuses.fotopages.com/?entry=1381476>> (Acesso em 15 jun. 2008)

As relações de Gustavo Capanema com os intelectuais são estreitas e diretas, retratadas no livro *Capanema o ministro e seu ministério* da professora Ângela de Castro Gomes. A autora traça através das correspondências de Capanema, as suas relações com variadas personalidades do meio intelectual, entretanto destaca em seu texto algo que achamos importante para entendermos essa ligação.

Para que tais reflexões tenham pertinências, está afastada do texto, por premissa teórica, a idéia de “manipulação” dos intelectuais pelo ministro e de “alienação e traição” por parte dos intelectuais, em função de suas ligações com as políticas ministeriais. Ambas, no caso dos intelectuais que mantinham restrições ao regime, são consideradas simplistas, sendo a questão mais complexa e instigante.¹⁶

Percebemos que nas cartas enviadas ao então ministro tinha uma variedade de remetentes, todavia percebeu-se a incidência maior de alguns intelectuais. A pesquisadora Ângela de Castro Gomes tratou de fazer subdivisões no qual a mesma denominou como assíduos os que tinham uma quantidade maior que cinqüenta cartas, durante o período no qual Capanema esteve à frente do Ministério. Chegando assim a dez nomes entre os quais estavam: Alceu Amoroso Lima, Abgar de Castro Araújo Renault, Mário Cassasanta, Luis Simões Lopes, Dário de Almeida Magalhães, Gilberto de Melo Freyre e Carlos Drummond de Andrade Filho. Os denominados assíduos foram os que escreveram menos de cinqüenta cartas, como: Cândido Portinari, Manuel B. Lourenço Filho, Mário R. de Moraes Filho, Augusto Frederico Schimit, Fernando de Azevedo, Pedro Costa Rego, Francisco C. Santiago Dantas, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, Cândido Mota Filho e Rodrigo de Melo, acrescentado o nome de mais dois intelectuais que não foram escritores assíduos mas que tiveram uma importância no panorama intelectual do Brasil nesse período, foram eles: Heráclito Sobral Pinto e Lúcio Costa.

As correspondências tratavam de assuntos variados tanto de assuntos de trabalho, como também de particularidades pessoais, não seguiam uma temática ou uma intencionalidade definida, pelo contrário foi encontrado por nós uma variedade do que estava escrito pelos intelectuais para o ministro. Vejamos como a professora Ângela de Castro Gomes nos mostra essa relação:

¹⁶ GOMES. Ângela de Castro. **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.p.14.

As correspondências tratavam de assuntos variados tanto de assuntos de trabalho, como também de particularidades pessoais, não seguiam uma temática ou uma intencionalidade definida, pelo contrário foi encontrado por nós uma variedade do que estava escrito pelos intelectuais para o ministro. Vejamos como a professora Ângela de Castro Gomes nos mostra essa relação: (repetido)

São os pedidos e os assuntos profissionais que dominam numericamente a correspondência dos intelectuais com Capanema. Os assuntos pessoais estão também presentes, mas os assuntos políticos são percentualmente irrelevantes. Assim, pode se de imediato dizer que os intelectuais não se voltaram, nesse tipo escrito, para análises da conjuntura política da época nem de políticas públicas que envolvessem outros titulares ministeriais. Suas cartas tratavam de questões específicas e remetiam a suas relações diretas com Capanema.¹⁷

Vários intelectuais próximos a Capanema tinham no conteúdo de suas cartas, pedidos pessoais, entretanto, os pedidos são feitos pelos intelectuais como mediadores de favores para entes ou amigos próximos. Os intelectuais também faziam pedidos para si mesmos, isso segundo Ângela de Castro Gomes, vejamos:

Pedidos de nomeação e transferência são os mais freqüentes, havendo preferência pelos postos de inspetor de ensino (secundário, comercial), professor da Universidade do Brasil e, em menor escala, vários outros. Vale notar que, nas décadas de 1930 e 40, assistia a montagem do sistema de educação e de saúde públicas no Brasil, havendo numerosos cargos a serem preenchidos.¹⁸

Gustavo Capanema também solicitava através das cartas algo para seus amigos intelectuais, como o fez para Cândido Portinari quando solicitou sua colaboração no prédio do Ministério da Educação e Saúde. Como também a relação de pedidos feitos a Mário de Andrade de serviços diversos como opinar sobre as esculturas de Brecheret com o tema da Mocidade Brasileira e a compra de telas para o Ministério da Educação e Saúde. Percebemos que as relações do ministro com os intelectuais eram estreita e amigável e respeitosa entre ambas as partes, pois Capanema se sentia como um intelectual, como nos mostra Ângela de Castro:

¹⁷ Ibidem, p.30.

¹⁸ Ibidem, p. 40.

A imagem de Capanema que emerge das cartas é a de um político que não quer abandonar a identidade de intelectual, mantendo-se como um conhecedor e apreciador das artes e um leitor assíduo e preocupado com publicações literárias e pedagógicas.¹⁹

Podemos, assim, afirmar que a relação entre o ministro Capanema e os intelectuais não poderia ser dita como manipuladora em nenhuma das pontas, foi visto que essa relação era alicerçada de respeito e admiração entre ambas às partes. Um outro fator importante que merece destaque foi perceber a inexistência de desavenças entre Capanema e os intelectuais que não faziam parte de seu círculo de relações. Ou que não seriam simpáticos a sua maneira de gestar o Ministério da Educação e Saúde.

Havendo assim quase que uma unanimidade diante desse que foi o ministro mais importante conforme o plano de Getúlio Vargas, e sua intenção no Estado Novo, devido à forma como Capanema ministrou e se relacionou com os que seriam uma força diante do projeto de se criar uma identidade nacional para o Brasil, os intelectuais.

¹⁹ Ibidem, p. 44.

CAPITULO III

AÇÕES CONCRETAS DOS INTELLECTUAIS NO ESTADO NOVO

3.1 Atuação dos Intelectuais no Estado Novo

Os intelectuais sempre atuaram em diversos setores da sociedade brasileira durante o Estado Novo. Eles atuavam em busca da formação de uma identidade nacional para o país. Conforme já visto essa era uma das maiores das aspirações de Getúlio Vargas e o mesmo não mediu esforços para obter êxito. Ele estabelecia alianças com intelectuais defensores de idéias antagônicas às suas, adversários de pensamento. Esse antagonismo ~~se~~ percebe ^{de} nessa afirmação feita pela escritora Helena Bomeny em um de seus textos:

Esse é um ponto para o qual já chamaram a atenção os pesquisadores que se debruçaram sobre a conjuntura dos anos de 1930: "O Estado Novo, em sua complexa trama de "tradição" e "Modernização", exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras egressas do modernismo - tantos os que ingressaram nos movimentos radicais dos anos 1930 quanto os que se mantiveram ligados aos partidos tradicionais - foram desembocar numa corrente comum que se inserem no projeto de construção do Estado Nacional. Literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas são encontrados trabalhando lado a lado."²⁰

Os intelectuais atuaram com suas idéias e seus conceitos, para colaborar com a formação dessa Identidade Nacional. Na formulação da constituição de 1937, políticos e intelectuais de tendências fascistas que tinha como características uma orientação político-educacional para o mundo capitalista que estava sendo posto e a preparação de uma mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado.

A nova Constituição enfatizava o ensino pré-vocacional e profissional, a arte e a ciência. Além disso, o ensino devia ser livre à iniciativa individual e a associação de pessoas públicas e particulares, tirando assim do Estado o dever de prover a educação.

²⁰ BONEMY, Helena. Constelação Capanema: intelectuais e políticas: infidelidades e letivas: intelectuais e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p 17.

Outra determinação da Constituição seria ^{de} manter a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e o ensino dos trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias. Nessa nova perspectiva percebem-se uma alteração na discussão sobre as questões educacionais, muito mais presentes na constituição de 1934 e se diferenciava da nova constituição proposta do ano de instauração do Estado Novo.

Delimitando com essas alterações uma distinção clara entre o trabalho intelectual para as classes mais favorecidas da sociedade e o trabalho manual para as menos favorecidas. A ênfase no ensino profissional para as classes menos favorecidas tinha como objetivo criar mão-de-obra abundante para a realidade capitalista que se apresentava no cenário mundial e brasileiro.

3.2 A gestão de Capanema na Educação

O auge da educação no Estado Novo ~~se~~ ^{deu} com a gestão do ministro Gustavo Capanema. Antecedido por Francisco Campos, o ministro Capanema adotou uma política educacional com o apoio de intelectuais do meio católico.

O projeto educacional consistia em duas redes de escolarização: A denominada de Rede Primária Profissional (que tinha como função dar suporte ao ensino primário, o ensino técnico e a formação de professores para o ensino básico) e a Rede Secundária Superior (que preparava, as individualidades condutoras da sociedade, leia-se a elite brasileira).

3.2.1 O ensino primário profissionalizante

As medidas tomadas por Capanema diante do Ministério acrescentaram ao ensino primário elementos modernos, como a preocupação com a universalização do ensino e a criação de uma rede permanente de escolarização. Ele estabeleceu critérios públicos e objetivos de distribuição de verbas. Essas medidas resultaram na equalização de direitos entre o ensino privado e ensino público e na relutância em aplicar maciçamente as verbas destinadas ao ensino primário. Fator que para aquele momento foi de extrema importância para a educação primária desmentindo às

afirmativas que diagnosticavam a inércia naquele setor. O pensamento com relação à educação pode ser percebido na seguinte citação:

Diante da conjuntura a lei orgânica criada para regulamentar as leis da educação, ela é bem explícita quando se referia ao ensino primário, afirmando que esse ensino "enfeixava o princípio de que a escola primária é mais do que uma instituição para ensinar a ler e escrever e contar. Ela foi considerada, antes de qualquer coisa, com uma finalidade educativa."²¹

Gustavo Capanema sofreu críticas ferrenhas no que tange as suas decisões diante do ensino primário no período o qual esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, por não ter feito mudanças significativas no campo da educação, salvo quando o mesmo criou o processo de nacionalização das escolas comunitárias para os imigrantes, sobretudo alemães. Diante dessa medida seria normal assumir uma posição de criação de uma identidade nacional.

Entretanto, houve pesquisadores como Marlos Bessa Mendes da Rocha, que afirmavam a falta de realizações de Capanema nesse setor. Como podemos perceber em seu discurso:

O processo de gestação da Lei Orgânica do Ensino Primário foi importante para se compreender os rearranjos da política do ministério Capanema, e por que este não obteve no Ensino Primário o mesmo êxito alcançado com a Lei Orgânica do ensino secundário, escrito por seus próprios punhos e destinada as elites. O fracasso de Gustavo Capanema com relação ao Ensino Primário deve-se em parte ao fato de que as próprias interventorias estaduais acabaram se opondo às intenções unificantes do regime, criando assim um impasse para o Estado autoritário na implantação de sua política para esse nível de ensino"²².

3.2.2 O Ensino Secundário e o Ensino nas Universidades

A ^econstituição de 1937 implantada pelo Estado Novo, atribuiu ao governo a responsabilidade de "fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da

²¹ NUNES, Clarice. Op.cit., p.121.

²² Ibidem, p 117.

infância e da juventude”²³. Seguindo as orientações do então ministro da justiça, Francisco Campos, o ministro Capanema definiu que a educação teria que possuir três valores inquestionáveis como : a religião, a pátria e a família.

Anísio Teixeira trouxe com as escolas técnicas secundárias uma nova responsabilidade para o município, o que antes era desempenhada pelas instituições privadas, sendo estabelecimentos de propriedade individual, de sociedades por cotas e ações de caráter confessional (católica ou protestante). Havendo casos raros de umas poucas escolas públicas estaduais e pelo Colégio Pedro II, todas essas instituições eram reguladas e fiscalizadas pela União e se inspiravam sempre em modelos europeus, alemão e francês.

No que se refere ao ensino superior no Brasil, percebemos que o ministro Gustavo Capanema posicionou-se contrário à criação da Universidade do Distrito Federal, recebendo o apoio das lideranças católicas e isso se dava porque “a universidade os incomodava: aos católicos, pelo seu caráter laico; e às autoridades do governo federal, por ser uma iniciativa municipal.”²⁴ Entretanto a UDF continuou funcionando apesar do pedido de demissão de Anísio Teixeira. Após sua saída houve um desprestígio nas medidas tomadas pelo mesmo, havendo um esvaziamento dos cursos de formação de professores para o ensino secundário, como também a interrupção na formação de professores primários em nível superior e a depreciação dos cursos de formação docentes para o ensino básico, ao lado de outros cursos profissionalizantes, isso diante do projeto repartido do ministro Gustavo Capanema.

No ano de 1939 com o decreto de ^bLei 1.063 houve a aclamada transferência feita pelo ministro Capanema, do estabelecimento de ensino da UDF para a Universidade do Brasil, com essa medida foram absorvidos alguns cursos como Letras, Filosofia, Ciências, Política e Direito. Excluindo do Instituto de Educação os Departamentos de Arte e Desenho, o Departamento de Música como também os cursos preparatórios para os professores e orientadores do ensino primário e de administradores escolares, e os cursos de aperfeiçoamento da faculdade de educação o que foi uma perda significativa para a educação superior.

Um problema encontrado por Capanema foi à impossibilidade de se transferir os alunos dos cursos secundários profissionais para o curso secundário geral e a

²³ Ibidem, p 113.

²⁴ Ibidem, p 115.

impossibilidade exclusiva de acesso ao ensino superior pelos alunos saídos do curso secundário geral. Isso significou um atraso diante das escolas técnicas secundárias que tinham sido implantadas pelo então educador, Anísio Teixeira, no Distrito Federal nos anos de 1930, "as divergências desse educador com a orientação do Ministério da Educação e Saúde, desde a gestão de Francisco Campos, sempre foi flagrante e explícita."²⁵

O embate entre Anísio Teixeira e Gustavo Capanema se dá na forma divergente dos dois diante da formação dos intelectuais, a professora Clarice Nunes nos esclarece tal diferença afirmando:

o primeiro entendia que os intelectuais deveriam ter uma formação crítica que os capacitasse a elaborar projetos sociais que respondessem aos anseios da sociedade, ao passo que o segundo os concebia como lideranças competentes a serviços do Estado.²⁶

3.3 A Gestão de Capanema na Saúde Pública

Desde a urbanização decorrente da *Belle Epoque*²⁷ no final do século XIX e início do século XX, o Brasil passou a pensar na saúde como sendo um fator preponderante para o desenvolvimento do país. O legado deixado pelos antecessores de Capanema girava em torno de expandir o tratamento de saúde para todo o território nacional tirando de foco o Estado do Rio de Janeiro, ou seja, do litoral. Vejamos nessa citação como era tratado o assunto.



A reforma da saúde pública nas duas últimas décadas da Primeira República foi caracterizada como um dos elementos mais importantes no processo de construção de uma ideologia da nacionalidade, com impactos relevantes na formação do Estado Brasileiro.²⁸

²⁵ Ibidem, p 114.

²⁶ Ibidem, p 116.

²⁷ Período da história da França que teve seu início no fim do século XIX e perdurou até primeira Guerra Mundial. Esse período teve uma forte representatividade no Brasil e seus conceitos foram bem aceitos em nosso país, desde a Art Nouveau até as suas concepções higienistas muito presente no final do Século XIX e início do Século XX.

²⁸ BONEMY, Helena (Org). Op.cit., p 129.

Capanema criou um órgão para tratar da saúde, o que culminou com a instituição do departamento nacional de saúde pública e esse novo órgão seria bem maior, mais complexo e mais centralizador seu antecessor (Diretoria Geral de Saúde Pública) que tinha o campo de atuação restrito a capital da República e aos portos. Esse seria o órgão embrionário do que se tornaria o Ministério da Educação e Saúde.

Chegamos a duas indagações importantes para as nossas inquietações, seria a gestão de Capanema uma continuidade ou uma ruptura diante das políticas na saúde pública praticadas no Brasil anterior a sua chegada no Ministério? Diante dos nossos estudos percebemos que as duas respostas são plausíveis para o questionamento acima. Podemos afirmar que diante da saúde pública o ministro não fez uma ruptura radical em relação à década de 1920. As preocupações federais continuaram sendo o combate as grandes endemias rurais e as epidemias que assolavam a população. E de certa forma o Ministério da Educação e Saúde tinha suas áreas de atuação vinculadas ao projeto de construção da nacionalidade brasileira tão presente no imaginário getulista. Por outro prisma, poderemos afirmar que houve uma alteração no formato de organização, vejamos nesta citação como eram de certa forma diferentes os dois momentos.

Se as ações visavam o controle das endemias, o formato organizacional era mais estruturado e permanente. Assim, por meio das delegacias federais e dos serviços nacionais, realizavam-se parcialmente os antigos anseios de nacionalização e centralização da política de saúde pública, ainda que mantendo o modelo de convênios para atuar no Estado. A análise da trajetória da saúde pública mostra que, mesmo sob um estado autoritário e centralizador, a presença federal foi sempre negociada com as lideranças estaduais.²⁹

Percebemos nessa citação que mesmo sendo um Estado autoritário e centralizador o ministro Capanema conseguia habilmente dialogar com lideranças locais. Diálogo esse que seria difícil se esse ministro não tivesse o respeito do presidente Getúlio Vargas, como também a habilidade para desenvolver seu trabalho a frente do Ministério.

Gustavo Capanema diante do Ministério teve como atuação privilegiar o combate às doenças infecto-contagiosas, que atingia toda a comunidade nacional, e

²⁹ Ibidem, p 146.

não a um grupo específico. Daí se percebe o caráter de se expandir à atuação do Ministério da Saúde, a criação dos serviços nacionais (1941). Eles tinham como principal missão acabar com os surtos epidêmicos, estabelecendo métodos de controle e prevenção, trabalho realizado em conjunto com as delegacias federais e as autoridades estaduais. Com isso, o Governo Federal buscava expandir sua presença no maior número possível de cidades do território nacional. E essas cidades seriam agraciadas com o combate e a prevenção das doenças que matavam a população, dentre elas estavam: a tuberculose, a malária, a febre amarela e a peste. Seu alvo principal era a comunidade com a responsabilidade e realizar ações mais individualizadas para a assistência médicas previdenciária e para assistência pública, que seriam os órgãos competentes no assunto. Uma passagem de Capanema ~~que~~ expressa, com clareza, essa ordem.

À saúde pública não interessa o caso individual, seja um caso de doença seja qualquer outra situação especial relativa à saúde ou ao corpo. O caso individual só interessa a saúde pública se puder afetar a coletividade, se for capaz de pôr a coletividade em perigo. Fora disso, dele não se ocupará a saúde pública.³⁰

³⁰ Arquivo Gustavo Capanema. GC. 34.06.2. F Pasta VI. CPDOC-FGV.

CONCLUSÃO

Vimos que as décadas de 1920 e 1930, situada entre as duas Guerras Mundiais, foi um período de grandes transformações sociais e políticas na Europa, que não deixaram de exercer influência no Brasil. Depois da I Guerra Mundial, a maioria dos países adotou o regime constitucional e parlamentar. No entanto, o triunfo da liberal-democracia foi efêmero. Assistiu-se ao rápido crescimento de regimes como o Fascismo e Nazismo, movimentos autoritários que atacavam a democracia, pregavam a violência e combatiam o Comunismo.

O Brasil, como foi visto, não ficou imune à ascensão desses regimes e seus ideais foram bem absorvidos por eles, com a chegada ao poder do presidente Getúlio Vargas, no ano de 1930. Entretanto, seu ápice se dá no ano de 1937, com a instauração do regime estadonovista, e sendo posta a ditadura getulista como foi denominado pelos estudiosos do período. Essa ditadura perdurou entre os anos de 1937 a 1945, com características bem presentes. O autoritarismo foi uma dessas características, dando norte para pesquisarmos sobre uma classe que sempre foi presente na história brasileira, os intelectuais, figuras importantes para a legitimação desse regime.

Estudamos no primeiro capítulo como foi a transição da mudança do que seria o erudito para o intelectual. Transição que se deu no final do século XIX para o início do século XX, e como as influências européias chegaram no Brasil através de estudantes, artistas e políticos que transitarão pelo Velho Continente.

Vimos também que surgiu um político forte com propostas definidas de se fazer uma política com a intenção de formar uma identidade nacional, trazendo para ajudar aqueles que estavam distantes das resoluções dos problemas brasileiros. Os intelectuais com o presidente Getúlio receberam uma nova incumbência, que seria envolver-se com os problemas e efetivamente resolvê-los.

Nesse capítulo também foi demonstrado que houve dois meios em que tiveram uma representatividade, com uma atuação forte diante do projeto de se efetuar a criação de uma identidade nacional para o Brasil.⁹

Tanto o Ministério da Educação e Saúde, como o Departamento de Imprensa e Propaganda foram importantes para a consolidação dessa formação de identidade, cada um com suas formas de atuação e com os seus intelectuais. O ministério de

Capanema, como os de formação menos extremista e centralizadora e os que comporão o ^{AMM} DIP que tinham sua formação mais forte e autoritária.

No segundo capítulo, escolhemos um dos maiores exemplos de como um intelectual influenciou no Estado Novo e como corroborou para a efetivação do regime. Gustavo Capanema foi o intelectual e político que escolhemos, vindo de uma cidade do interior mineiro chegou à frente de um dos mais importantes ministérios da política getulista.

O Ministério da Educação e Saúde foi o local aonde Capanema desenvolveu seu trabalho diante dos que seriam os intelectuais, esses que poderiam de alguma forma atrapalhar o projeto getulista. Com isso estudamos como ocorreu a aproximação de Capanema com os intelectuais que o rodeavam, seja por relações pessoais ou por relações de trabalho. Um outro ponto estudado por nós foi como esse ministro e intelectual teve respeito e força diante dos setores da política brasileira e de seu maior representante o presidente Getúlio Vargas. Percebe-se essa força com a construção do Ministério da Educação e Saúde. Desde a escolha do projeto, de forma arbitrária, pois o projeto vencedor foi preterido ^{por} um dos projetos perdedor, ~~mas~~ ^{mais} que seria o preferido do Capanema, e projeto esse que tinha envolvido intelectuais próximos ao ministro, como Lúcio Costa, Portinari, dentre outros.

No último capítulo, estudamos as medidas tomadas por Capanema em setores da sociedade brasileira capazes de formar opinião, tanto na saúde como na Educação. Com isso concluímos em nossa pesquisa que os intelectuais foram importantes e atuantes na formação de uma Identidade Nacional para o Brasil no período autodenominado de Estado Novo. E que eles foram e são importantes para a formação de identidades e conceitos em nosso país.

O objeto de estudo poderia
ser apenas o ministro
Capanema e não
os intelectuais

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONEMY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ:MINC-IPHAN, 2000.

DANTAS, Elinne Barros. **O anti-semitismo de Gustavo Barroso**. 2007. Monografia (Graduação em História) - UFRN, Natal.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**: um estudo sobre as elites intelectuais brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV. 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: 1930/1973. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

? SALES NETO, Francisco Firmino. **Repensando a história da literatura norte-rio-grandense**: Luis da Câmara Cascudo e suas posturas regionalistas nos anos de 1920. 2006. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

SCHWARTZMAN, Simon et al. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SILVA, Luiz Jorge Ferreira da. **O significado do Estado Novo para a redemocratização norte-rio-grandense no pós-1945**. 2002. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

TRINDADE, Américo Jussier da. **Amnésia social**: o silenciamento a respeito da participação de Luís da Câmara Cascudo na Ação Integralista Brasileira. 2006. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

VELLOSO, Mônica. Os intelectuais e a organização da cultura; In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves. (Org.). **Brasil republicano**: o tempo do Nacional-Estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção: O Brasil republicano, v. 2).

